



MOEDAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DA MOEDA PALMAS (FORTALEZA-CE)

Palavras-Chave: Moedas Sociais, Economia Solidária, Desenvolvimento Local

Autores/as:

João Pedro de Paula e Silva (IE-Unicamp)

Prof. Dr. Bruno Martarello de Conti (IE-Unicamp)

INTRODUÇÃO:

O estudo da moeda não pode limitar-se a uma dimensão meramente econômica. Para entendê-la em sua plenitude, é necessário ampliar o escopo de análise a outros campos do conhecimento (Soares e Minella, 2006). Acima de tudo, a moeda estabelece, em uma sociedade baseada na troca, a coesão social (Aglietta e Orléan, 1990). Apesar de ser o elemento fundante da ordem social, não se pode afirmar que a moeda a precedeu.

A análise da moeda abrange uma série de perspectivas. Dentro da perspectiva clássica de análise, há os autores que analisam a moeda a partir de suas funções, que são três: unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor. Neste trabalho, essas funções serão consideradas e analisadas, mas acreditamos aqui que a compreensão da moeda e de sua dinâmica de funcionamento precisa buscar outras dimensões. É com o objetivo de buscar categorias alternativas de análise sobre a moeda que o trabalho de Théret (2008) é aqui utilizado. Esse autor analisa a moeda a partir de três estados que nela se manifestam simultaneamente: o estado simbólico, o objetivo e o institucional. Esses estados têm como eixo de sustentação a tríade dívida, soberania e confiança. Para ser dotada dos três estados, a moeda precisa ser capaz de expressar, conjuntamente, dívida, soberania e confiança.

Vê-se, então, que a moeda é fruto de relações essencialmente sociais e políticas, assim como tem o poder de agir sobre essas mesmas relações, assumindo um papel de organizadora da dinâmica da troca. Essa característica da moeda a torna capaz de servir a uma série de propósitos, podendo de um lado atuar na manutenção e intensificação de assimetrias econômicas e sociais, criando simultaneamente focos de intensa acumulação e extrema escassez. Por outro lado, a moeda também tem o potencial de agir no sentido contrário, atuando na distribuição democrática do acesso à liquidez, e permitindo a geração de riquezas no plano comunitário, de modo a buscar a suficiência e a dignidade de todos os grupos sociais.

É com esse objetivo que se desenvolvem moedas que circulam paralelamente às moedas nacionais – ou seja, as unidades de conta e os meios de pagamento são distintos – ainda que dentro de um mesmo território (Soares e Minella, 2006). Essas moedas não servem necessariamente a um propósito apenas econômico, podendo impactar dimensões sociais, culturais e antropológicas da comunidade em que circulam. Neste trabalho, serão analisadas as moedas paralelas com o objetivo de buscar tipologias amplas, capazes de se dividirem em recortes temporais e espaciais mais específicos.

Dentre os vários tipos e gerações de moedas paralelas há as moedas sociais, ou, mais especificamente, as moedas sociais circulantes locais, que têm origem em Fortaleza (CE), no final da década de 1990. Lá nasce a moeda Palmas, fruto de intensas lutas comunitárias dentro do Conjunto Palmeiras, comunidade formada por pescadores expulsos de seu local de origem nos anos 1970. A moeda se desenvolve em paralelo ao Banco Palmas, um Banco Comunitário de

Desenvolvimento (BCD) que busca fomentar, principalmente através do microcrédito, a produção e o consumo local. A presença da moeda social nesse sistema é fundamental, dado que cria um circuito de consumo interno ao Conjunto, estimulando a compra de bens e serviços localmente. Isso, entretanto, não significa que esse sistema econômico se encontra isolado do restante da circulação: a moeda social é intercambiável com o Real (1 Palmas = 1 Real), permitindo que os produtores locais adquiram insumos inexistentes dentro do Conjunto.

Neste trabalho, é analisada a moeda Palmas a partir de uma perspectiva ampla, abrangendo sua história (inseparável da trajetória do Conjunto Palmeiras), os modelos que a precederam e seu mecanismo atual de funcionamento. Além disso, é feita uma análise dessa moeda social a partir da perspectiva dos três estados da moeda, de Théret (2008). Por fim, busca-se também analisar as potencialidades da Moeda Social Circulante Local enquanto uma política pública de fomento à geração de riquezas em comunidades com reduzido acesso à liquidez.



Fonte: Cernev e Diniz (2019)

METODOLOGIA:

Para a realização deste trabalho, foi realizada uma extensa revisão bibliográfica, a partir da análise de obras e artigos divididos nas seguintes frentes:

1. *Teoria da Moeda e Moeda Social*. Nesta frente, buscou-se investigar autores que abordassem a moeda a partir de diferentes perspectivas, com ênfase para a abordagem de Théret (2008). Além disso, nesta frente também buscou-se investigar as tipologias que abrangem a moeda social dentro de um contexto amplo de características e gerações. Para tal, utilizou-se principalmente a análise de Blanc (2011).
2. *Banco Palmas*. Nesta segunda frente, a revisão bibliográfica teve como foco a dinâmica de circulação da moeda Palmas dentro do contexto dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e, mais amplamente, dentro da história do Conjunto Palmeiras.
3. *Economia Solidária e Políticas Públicas*. Por fim, nesta terceira frente, a análise da moeda social foi realizada tendo como prisma a Economia Solidária, conjunto de práticas e conceitos que pauta as ações econômicas do Banco Palmas. Além disso, buscou-se analisar os resultados e as potencialidades da utilização dos BCDs enquanto uma política pública de fomento ao desenvolvimento econômico de territórios situados à margem dos circuitos capitalistas de produção e consumo.

Além da revisão bibliográfica, foi realizada uma conversa com Joaquim Melo, líder comunitário no Conjunto Palmeiras, um dos fundadores e idealizadores do Banco Palmas e atualmente coordenador-geral da instituição e ativo membro do Instituto Palmas e da Rede Brasileira de BCDs.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

O modelo da moeda social circulante local, que teve como pioneira a moeda Palmas e hoje é reproduzido por 146 BCDs (Resgala, 2019), pode ser descrito a partir da combinação de quatro pilares:

1. *Crédito (em Palmas) para consumo, concedido aos moradores do Conjunto Palmeiras.* É um dos principais meios de introdução da moeda social na circulação do Conjunto, estimulando a demanda, garantindo poder de compra aos moradores e estimulando o fortalecimento das relações comunitárias ao destacar a importância do consumo local. O crédito para o consumo é concedido nos seguintes termos: taxa de juros igual a zero e prazo de seis meses para o reembolso.
2. *Pagamento em Palmas de parte dos salários dos funcionários do Banco Palmas e das empresas solidárias ligadas ao banco.* Mais precisamente, 20% dos salários desses profissionais são pagos em Palmas (Melo, 2014). Essa inserção direta da moeda social em circulação no território tem efeitos multiplicadores importantes sobre a atividade econômica do Conjunto Palmeiras e, além disso, pode ser vista como mais um símbolo da legitimidade do Banco Palmas perante a comunidade.
3. *Concessão de bolsas aos beneficiários de programas e projetos do Instituto Palmas, parcialmente em moeda social.*
4. *Intercâmbio entre Palmas e Reais, feito diretamente no Banco Palmas.* A confiabilidade da moeda social e o reconhecimento de seus benefícios para a circulação econômica no Conjunto Palmeiras são tais que os pagamentos em Palmas costumam receber descontos nos empreendimentos da comunidade que a aceitam.

A partir da conversa feita com Joaquim Melo, foi possível identificar na moeda Palmas os três estados da moeda apresentados por Théret (2008). O estado simbólico (incorporado) da moeda é constituído por um conjunto de signos identificáveis de forma comum pelos membros da comunidade. Uma característica dos BCDs é justamente a concepção estética da moeda social de modo a construir uma identificação com o território, estimulando sua aceitação pelos moradores. O Palmas, por exemplo, está vinculado ao nome do Conjunto Palmeiras e do próprio banco. A moeda Mumbuca, em Maricá-RJ, tem seu nome batizado em homenagem ao Rio Mumbuca, que passa pela cidade. O Prevê, por sua vez, tem seu nome vinculado ao Morro do Preventório (Niterói-RJ), onde está situado o Banco Comunitário do Preventório (Ferreira, 2018).

O estado objetivo da moeda compreende todas as formas físicas que, legitimadas socialmente, expressam a totalidade das relações de créditos e débitos presentes na comunidade (Théret, 2008). No caso do Palmas, o estado objetivo se resume basicamente à moeda social em si, que se divide na moeda em sua forma física e em sua forma digital, o Palmas E-Dinheiro. De acordo com Joaquim Melo, o estado objetivo da moeda precisa estar acompanhado da noção de que ela tem validade, e de que seu funcionamento é de fato benéfico para a comunidade. Um sinal de que esse atributo da moeda social tem legitimidade perante os moradores do Conjunto é o estabelecimento, pelos comerciantes, de preços mais baixos (descontos) de seus produtos, caso sejam comprados em Palmas.

O estado institucional da moeda é o responsável por resolver o conflito entre a singularidade da unidade contas e a multiplicidade de meios de pagamento, de modo a impedir a depreciação de determinados meios de pagamento. Como foi colocado anteriormente, no caso da moeda Palmas não há uma diversidade tão grande de meios de pagamento e de graus de liquidez, de modo que a coesão da comunidade de pagamentos constituída no Conjunto Palmeiras se dá de outra maneira. É possível conceber que a forma institucional da moeda social estudada se manifesta justamente a partir da necessidade de manter a relação de paridade com a moeda nacional. Isso é feito, evidentemente, pelo Banco Palmas, que tem o papel de controlar a quantidade de moeda social

colocada à disposição da comunidade por meio do crédito, mantendo como referência o volume de Reais que possui em depósito.

O sucesso da experiência da moeda social circulante local no Conjunto Palmeiras foi tamanho que levou o modelo a ser incorporado como uma política pública pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada em 2003 e vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As finanças solidárias entraram na pauta da SENAES a partir do programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, que foi parte dos planos plurianuais (PPAs) de 2004 a 2007 e de 2008 a 2011 (Silva e Romão, 2019). No programa, havia três ações direcionadas ao fomento de iniciativas de finanças solidárias (Silva e Romão, 2019):

1. 4737: Fomento à Geração de Trabalho e Renda Em Atividades de Economia Solidária
2. 4744: Assistência Técnica para Geração de Finanças Solidárias
3. 8056: Fomento às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários

Os resultados dessa parceria foram bastante frutíferos. Como mencionado anteriormente, foram criados 146 BCDs em todo o Brasil de acordo com o modelo do Banco Palmas (Resgala, 2019). O período em que houve o maior número de BCDs criados foi entre 2008 e 2012, com 78. Esse período coincide com a vigência do Plano Plurianual de 2008 a 2011, em que constava a ação 8056, mencionada acima (Silva e Romão, 2019).

CONCLUSÕES:

A trajetória da moeda Palmas, indissociável da história do Conjunto Palmeiras, nos mostra a partir de fatos que a moeda social carrega dentro de si inúmeras dimensões. Todas essas facetas (históricas, sociais, culturais e antropológicas) da moeda social a compõem e precisam ser consideradas na análise. É por essa razão que a aplicação do conceito de estados da moeda, de Théret (2008), foi tão importante para este trabalho, permitindo um olhar mais amplo sobre a essência da moeda e seu papel na integração econômica e social de uma comunidade.

Além dessa amplitude, o conceito de estados da moeda considera a possibilidade de que a dinâmica de circulação monetária em determinado local se altere ao longo do tempo. Como se viu no caso da moeda Palmas, isso ocorreu de forma bastante notável, como bem apontou Joaquim Melo durante a conversa realizada junto com os autores deste trabalho. O estado predominante na moeda social se alterou duas vezes, marcando três importantes períodos na trajetória da moeda Palmas e do Conjunto Palmeiras.

Justamente em decorrência dessa multiplicidade de dimensões presente na moeda Palmas, além de seu íntimo vínculo com a história do Conjunto Palmeiras, o modelo da moeda social circulante local teve tanto sucesso. Através da combinação entre o microcrédito para produção e consumo e a moeda social de circulação restrita ao território, mas intercambiável com a moeda nacional, foi possível desenvolver um próspero circuito econômico local no Conjunto Palmeiras, fundamental para promover a superação da pobreza entre os moradores do território.

Evidentemente, esse estudo não é suficiente para compreender todas as dimensões da moeda social. Além disso, faz-se necessário discutir mais profundamente a versão digital da moeda social circulante local, o E-Dinheiro, que apresentou novos horizontes de implementação do modelo de BCDs, possibilitando agora maior agilidade nas transações, maior flexibilidade aos donos dos empreendimentos, expansão da rede de bancos comunitários e, principalmente, sustentabilidade financeira aos BCDs.

Além disso, o E-Dinheiro suscita novas discussões acerca do uso do modelo de BCDs como uma política pública, ampliando assim o já abrangente escopo de utilização da moeda social enquanto um instrumento nacional de promoção do desenvolvimento comunitário. Durante a conversa realizada com Joaquim Melo, ele reforçou que, durante a vigência da parceria com a SENAES, o poder público não utilizava os bancos comunitários que implementou, apesar do

potencial de sua atuação como parceiros do Estado na promoção de mais políticas públicas de desenvolvimento local e na ampliação da arrecadação tributária. Tendo isso em vista, Joaquim apresentou, durante o diálogo, a possibilidade de utilização dos BCDs como um instrumento de políticas públicas a nível municipal, com ênfase dada à plataforma E-Dinheiro nesse processo. Esta, além de ser um meio para a distribuição efetiva e ágil de benefícios sociais é, acima de tudo, uma forma de fomentar a geração de emprego e renda no município, aumentando a arrecadação pública.

Para investigar mais a fundo o tema da plataforma E-Dinheiro enquanto uma política pública capaz de, além de promover a geração de riquezas em comunidades empobrecidas e sem acesso à liquidez, aumentar a arrecadação tributária, será realizada uma nova iniciação científica. Dessa forma, busca-se um aprofundamento no estudo das moedas sociais que, como discutido neste trabalho, apresentam-se como um importante horizonte de promoção do desenvolvimento comunitário e do estabelecimento de novas formas de organização econômica.

BIBLIOGRAFIA

- BLANC, J. Classifying “CCs”: **Community, complementary and local currencies’ types and generations**. International Journal of Community Currency Research, 15. 2011. p. 4-10.
- CERNEV, A. K., DINIZ, E. H. **Palmas to e-dinheiro! Clapping the digital evolution of a local social currency**. Revista de Administração Contemporânea, 2020. p. 487-506. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190390>. Acesso em: 21/01/2021.
- FERREIRA, M. R. M. **Banco Comunitário no Preventório: uma experiência de Economia Solidária**. Mestrado Profissional em Tecnologia para o Desenvolvimento Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- MELO, J. Viva Favela! **Os Pobres assumem seu próprio destino**. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2014.
- RESGALA, G. **Práticas de finanças solidárias como práticas urbanas: uma análise das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento**. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- SILVA, S. L. de P., ROMÃO, W. de M. **Políticas públicas de finanças solidárias: atores, disputas e projetos políticos**. Mestrado em Ciência Política – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019
- SOARES, C. L. B; MINELLA, A. **Moeda Social – uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. Doutorado em Ciência apresentado ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- THÉRET, B. **Os Três Estados da Moeda. Abordagem Interdisciplinar do Fato Monetário**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 1-28, abr. 2008.